

Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil¹

Eliana Tavares dos Reis (UFMA)
Igor Gastal Grill (UFMA)

O paper trata dos processos de afirmação de especialistas na arena política e de redefinição das formas de intervenção no espaço do poder em dois estados brasileiros (Rio Grande do Sul e Maranhão), atentando para as estratégias de apropriação, formulação, disputa e afirmação de concepções de política e de cultura em cada um dos contextos. Para tanto, lança-se mão de trajetórias exemplares de agentes que desenvolveram carreiras políticas nas últimas décadas fundadas no reconhecimento adquirido como intelectuais; no uso dos títulos escolares; na produção de textos de gêneros variados (ensaios, literatura, poesia, artigos jornalísticos, etc.); na concorrência como empreendedores simultaneamente no mercado eleitoral e cultural; e na associação com “famílias de políticos”. A partir disso são explorados padrões regionais semelhantes de engajamento político pautado por lógicas multidimensionais e imbricadas que caracterizam as dinâmicas periféricas. São ressaltadas ainda as especificidades, especialmente no que tange às inserções e repertórios de mobilização preponderantes em cada configuração que se traduzem no trabalho de fixação de papéis de porta-vozes de “causas”, de mediadores entre dimensões da vida social e de intérpretes da história local. A pesquisa se ampara em análises de entrevistas em profundidade e da produção escrita de um conjunto de agentes que se especializaram na ocupação de cargos eletivos e centralizaram cadeias de líderes-seguidores no âmbito político.

Palavras-Chave: engajamento, profissionalização política, trajetórias.

Apresentação

A estratégia adotada neste texto é tratar do padrão de engajamento político tido como mais “clássico” em dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Maranhão. Ou seja, são examinados itinerários de agentes oriundos de “famílias de políticos”, com participação em movimentos estudantis, portadores de formação jurídica, que ingressaram nas disputas partidárias e eleitorais ainda jovens, que desfrutaram do reconhecimento enquanto intelectuais nos seus cenários de atuação e que desempenham cargos políticos ao longo das duas últimas décadas.

Ao abordar a questão do engajamento político a partir de trajetórias de agentes que se especializaram em carreiras político-eleitorais em contextos duplamente periféricos – já que se trata de um país situado na periferia e mais particularmente de estados da federação que não são centrais – é possível discutir alguns aspectos concernentes à idéia de “militantismo”. Trata-se, assim, de refletir sobre as potencialidades de alguns esquemas de análise em voga nas Ciências Sociais, sobre os usos dos mesmos feitos por pesquisadores brasileiros e sobre determinadas especificidades presentes em situações como as aqui analisadas.

Além da dedicação às carreiras de cargos eletivos (“votados”) e públicos, os agentes em pauta caracterizam-se por modalidades de intervenção política associadas ao reconhecimento desfrutado como “intelectuais” nos estados nos quais atuam (“letrados”).

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Mais precisamente, eles se notabilizaram antes e durante o exercício dos mandatos por uma variedade de formas de expressão pública associadas ao domínio, ao contato e ao uso da palavra escrita.

A produção escrita é uma forma de intervenção por excelência que sistematiza/manifesta/registra o conjunto de sentidos/interpretações atribuídos pelo seu produtor sobre determinadas matérias, objetos e circunstâncias em oposição a outros tantos possíveis em determinados contextos e situações. A despeito das recepções infinitas e dos objetivos racionalizados do ato de comunicação, segue-se a idéia de que a disposição e disponibilidade para oferecer uma obra, uma análise, um poema, uma composição, enfim, revela a detenção ou estratégia de aquisição de *signos de riqueza e de autoridade* delegada e/ou pessoal (BOURDIEU, 1996, p.89).

O exame de itinerários de lideranças políticas, nesse caso, permite buscar recursos e investimentos variados que potencializam a acumulação de instrumentos legítimos de expressão que incidem na conformação do reconhecimento como “intelectual”. Tomando-se especificamente a produção literária, poder-se-ia supor imediatamente sua distância (a não ser quando opostamente declarado) das realizações políticas propriamente ditas. Para uma dinâmica de relativa autonomia entre campo literário e campo político, tal distância poderia ser ponderada pela existência de “complementaridades, superposição e eventualmente defasagens distintivas entre o *métier* político e o *métier* de escritura” (LE BART, 1998, p. 77). E, para essas configurações, a distinção de *posturas* (relação com a escrita) pode ser reveladora: tem-se numa ponta a ruptura radical daqueles (“homens políticos”) que nunca escrevem, endossando as clivagens “ação/reflexão”, “prática/teoria” e, assim, endossando a separação dos campos e suas competências; na outra ponta, novamente uma ruptura, agora inversa, ou seja, em que a escrita implicaria num *desinteresse estetizante* que estabeleceria o corte definitivo com a “pretensão de agir sobre o mundo social que subentende toda a atividade política” (LE BART, 1998, p.78); e, uma postura intermediária, é aquela que Barthes chamou de *écrivance*, definindo-a como o projeto transitivo de escrever para “dizer alguma coisa, de informar, de convencer” e no qual “a palavra suporta um fazer”, por isso, é compatível com a atuação política (LE BART, 1998, p.78).

No entanto, em se tratando de agentes que de modo mais ou menos intenso e sistemático ao longo dos seus trajetos produziram ou produzem textos de “gêneros” diversos e com lógicas, estratégias, inserções e reconhecimentos amalgamados, importa questionar sobre a interferência desses investimentos no desdobramento das carreiras e se tais empreendimentos se constituem numa raridade distintiva ou num modo de exercício

indiscernível e habitual da atividade política. Sendo assim, seria pouco útil determinar tipos ou *posturas* nas relações estabelecidas com a escrita.

Os agentes investigados lançaram-se em diversos gêneros de produção escrita como poesia, contos, ensaios, artigos jornalísticos, trabalhos acadêmicos, composições musicais, entre outros, que explicitam tomadas de posição sobre história, cultura e política nas diferentes acepções. Nos contextos em pauta, nem escrever é uma novidade para agentes que exercem atividades políticas, tampouco intervir em domínios políticos é uma novidade para agentes que se dedicam às atividades de escritura nos contextos em pauta. Mais do que isso, são os mesmos protagonistas agindo em jornais, revistas, editoras, organizações e partidos, se inserindo em meios diferenciados de socialização e sociabilidades, estabelecendo relações dinâmicas, afetivas e sociais, configurados por laços interpessoais.

Os casos tomados aqui fazem parte de dois estudos mais amplos realizados pelos autores. Uma investigação centrada em protagonistas da contestação à “ditadura militar” e seus destinos sociais em termos de engajamentos e militâncias (REIS, 2007a, 2007b), na qual o padrão de especialização político-eleitoral (militantes que se profissionalizaram na ocupação de cargos eletivos) foi evidenciado como sendo uma das modalidades possíveis de carreiras seguidas pelos agentes. E uma pesquisa sobre origens sociais, carreiras de cargos políticos e concepções acerca da política entre deputados federais do Rio Grande do Sul e do Maranhão no período 1945-2008 (GRILL, 2007, 2008).

Em primeiro lugar, a opção feita para o presente trabalho se justifica porque permite examinar os usos das origens sociais entre especialistas da política. Especialmente porque as inserções prévias e simultâneas às carreiras políticas e o aos engajamentos em distintas dimensões da vida social conformam trunfos para a entrada, a ascensão e a permanência dos agentes no espaço político. Isso sem deixar de enfocar como os usos de tais recursos estão relacionados com o processo de constituição e transformações desse espaço como domínio especializado, marcado pela separação entre *profissionais* e *profanos*, ocupado por agentes que dedicam grande parte do seu tempo à atividade política e que compartilham crenças, representações e interesses próprios (OFFERLÉ, 1999).

A ênfase dessa análise também recai sobre a intersecção entre os universos militantes – oficialmente, publicamente e coletivamente apresentados como “desinteressados” (GAXIE, 2005) – e uma das principais retribuições alcançadas por meio das inserções militantes e dos trunfos que permitem acumular²: a ocupação de cargos políticos em um

² Segundo Gaxie (1977, 2005) o *militantisme* gera satisfações, vantagens, prazeres, benefícios, gratificações, recompensas, etc. que, em última instância, são caracterizados como retribuições. Entre elas o autor grifa a satisfação de defender uma causa, os ganhos materiais (como cargos remunerados nas organizações partidárias e governos) e as gratificações simbólicas (reconhecimento dos demais militantes, sentimento de pertencer a um

universo altamente profissionalizado, mas no qual o exercício das funções é concebido sob as lógicas da vocação, do serviço e da arte (OFFERLÉ, 1999). Ademais, a reflexão proposta direciona o olhar para os variados domínios e modalidades de intervenção como “espaços de formação e socialização, aprendizagem de papéis, disposições e savoir-faire que estão na base das formas cotidianas das funções de representação eletivas e de realização de uma carreira política” (OFFERLÉ, 1999, p. 9)³.

Duas espécies de recursos são destacadas por autores como Bourdieu (1989), Offerlé (1997), Gaxie (1993), Collovald (1985), Gaxie e Offerlé (1985) e nos vários estudos desenvolvidos tomando os mesmos parâmetros de análise. A saber: 1) a notoriedade advinda da intervenção como intelectual apoiada em títulos escolares, na reputação profissional, na dedicação às “causas”, em um “nome de família” e no capital de relações sociais, herdado e adquirido; 2) e a investidura partidária alicerçada no investimento desde cedo nas campanhas de familiares, na “militância” em movimentos estudantis, no pertencimento a determinadas siglas e na administração de redes de relações no interior das mesmas.

Em segundo lugar, a escolha do recorte adotado neste trabalho é pertinente porque viabiliza a compreensão das vinculações entre modalidades de “militâncias”, ativação de determinados trunfos, mobilização de repertórios de intervenção política e intelectual, e outros condicionantes intervenientes para o desempenho de “papéis políticos”. Sobretudo, pode-se apreender a influência das transformações em questão e seus efeitos no debate sobre engajamentos e “militantismos” nos universos investigados.

O crescente processo de profissionalização das carreiras políticas e de desenvolvimento de novas tecnologias se refletiu na (e pode-se dizer que, no mesmo golpe, são o reflexo da) reconfiguração dos registros e competências legítimas para o exercício e para a ascensão política. Forjam-se assim os chamados “recursos de expertise” ou “tecnocráticos” (DULONG, 1996; VERRIER, 2002; 2006). Paralelamente, e não sem vinculação, se constitui uma dinâmica convergente e conjunta de transformações “globais” nos espaços de inscrição proclamados como “militantes”, de emergência e proliferação de “causas” tidas como legítimas e de afirmação dos seus “porta-vozes qualificados”.

Tudo isso acabou contribuindo para a elaboração de uma idéia de que a “política se limita a uma mecânica abstrata de poderes institucionais” (RAVENEL, 1999) acionada para justificar as novas modalidades de intervenção, as novas bandeiras, os seus intérpretes e,

círculo de relações, auto-estima gerada pelos instrumentos conquistados de compreensão e intervenção no mundo) retirados desse investimento.

³ Tal agenda de questões aparece em importantes trabalhos produzidos recentemente na ciência política francesa sobre o que os autores denominam de profissão política e de métier político. Para um balanço das potencialidades das perspectivas de análise, as especificidades e complementaridade entre as abordagens, ver além de Offerlé (1999), Lagroye (1994), Briquet (1994) e Garraud (1993).

por que não dizer, os objetos de estudos privilegiados por cientistas sociais. E um dos sintomas pode ser constatado na distinção (eventualmente explicitada, quase sempre naturalizada) entre “militantismos clássicos” (vinculado à adesão aos partidos de esquerda e a sindicatos) e “novos militantismos” (vinculados à ONGS, “altermundismos”, associações ecológicas, solidárias, “médicos sem fronteiras”, “redes de movimentos sociais”, etc.)⁴.

Contudo, não raro há uma forte propensão à consagração desses movimentos e de seus atores justamente por esse caráter de “novidade”. Ainda que justificável nas competições por afirmação nos espaços de intervenção, é preciso atentar que se trata isto sim do uso do “novo” acionado mesmo como recurso de luta para a afirmação dos repertórios de ação que os agentes adotam. Deslegitimar o passado, o “velho militantismo”, (“defasado”, “rotineiro”, “tradicional” ...), e celebrar o “presente” (“moderno”, “múltiplo”, “competente”...). Trabalho não necessariamente manifestado e racionalizado de desqualificação que dificulta a atenção que deve ser dedicada aos processos de construção que resultam nos “novos fenômenos”, não necessariamente conduzidos por “novos militantes”, mas com novos (e não inéditos) repertórios de ação⁵. Neste caso, antes que uma “ruptura temporal e moral” entre o “ontem” e o “hoje”, a “novidade” deve ser buscada em todas as conexões possíveis entre “situação anterior e atual e tudo o que é ‘misto’, híbrido, incerto como os deslocamentos de um universo a outro, as reconversões ou as mobilizações” (COLLOVALD, 2001, p.137). E, assim, é possível observar quais e como determinados aspectos das inserções diferenciadas (partidárias, sindicais, associativas...) se relacionam, ao mesmo tempo, com processos mais amplos nos quais princípios de legitimação das práticas são confrontados com processos de redefinição das formas de fazer e de conceber o “político” ou a “política”.

No caso francês há todo um processo confluyente de inserção prática e racionalização, inclusive sociológica, dos “militantismes”, que permite que os pesquisadores falem de um campo ou campos de “militantisme” com uma dinâmica específica. A mesma possibilita, inclusive, estudar determinadas práticas e representações nos âmbitos de organizações ou associações estabelecidas ou mesmo de investigar a saída ou o “desengajamento” de agentes que a elas podem pertencer⁶. De qualquer modo, isso está diretamente associado ao vocabulário da sociedade francesa, a uma dinâmica histórica de

⁴ Discutindo o “fenômeno associativo”, Siméant (2003, p. 165) sublinhou que a “forte valorização sociológica e política das associações” e a “depreciação da política profissional e do militantismo antigo” pode levar à ossificação da “oposição entre participações política e associativa”, favorecendo uma “teoria implícita dos ‘vasos comunicantes’ para a qual o declínio do militantismo partidário é diretamente correlato ao impulso de um militantismo associativo pensado como alternativa a esse último”.

⁵ Parte do processo de *politização* por meio do qual os agentes agem para requalificar as atividades sociais modificando a ordem política, seus objetos de lutas, suas práticas e repertórios legítimos (LAGROYE, 2002, p. 371).

⁶ Ver trabalhos reunidos em Fillieule (2005).

descolamento das esferas sociais e de desenvolvimento das ciências sociais naquele país. O que inspirou estudos que atentam para fenômenos de “hibridação”, “contrabandos” ou “usos cruzados” de registros e lógicas entre universos *savants* e universos *militants* (GAÏTI, 2002; SIMÉANT, 2002; MATONTI e POPPEAU, 2007). Logo, um dos principais obstáculos a ser transposto concerne à utilização de modelos e instrumentos de análise forjados em realidades distantes dos contextos históricos periféricos.

Mais precisamente, a dificuldade consiste em evitar a tendência ao raciocínio analógico em detrimento da construção de instrumentos analíticos apropriados. Uma vez que a afirmação nos meios políticos e intelectuais nos casos examinados é condicionada pelo trânsito, recursos e reconhecimentos adquiridos nas múltiplas e indissociadas arenas de inserção. Mais do que isso, os agentes podem mobilizar seus trunfos diversos, combinar e acionar lógicas variadas em espaços de concorrência distintos sem maiores prejuízos nos deslocamentos ao valor potencial desses trunfos (CORADINI, 1998 ; PECAUT, 1990). Conseqüentemente, o montante de recursos detidos e o arranjo das lógicas ativadas podem garantir a ocupação de posições similares nos diferentes *sites de inscrição* que priorizam, ou ao menos a circulação entre eles sem grandes exigências de reconversão.

Soma-se a isso a constatação de que o engajamento em diferentes esferas de militância e de mediação social, política e cultural favorece e é favorecida pela acumulação de um capital de relações sociais (não raro acrescidos aqueles de origem familiar) que, por um lado, contribui para a conquista de determinadas posições no domínio profissional e político-partidário, e, por outro lado, colabora também para os deslocamentos no plano nacional e internacional dos agentes (CORADINI, 2004).

Situações que parecem similares podem ser bastante diferentes. Dizer que na França “o multiposicionamento nos campos distintos permite mobilizar recursos intelectuais no universo militante e invocar experiências militantes na produção das lutas intelectuais” (GAXIE, 2005, p.163) aparenta familiaridade com o caso brasileiro. Todavia, é significativamente distinto de afirmar que a complexidade das relações entre as dimensões da política e da intelectualidade se deve à não constituição de campos ou à “inexistência de uma justaposição entre um campo intelectual regido por suas próprias modalidades institucionais de legitimação, e um campo político igualmente submetido a outras modalidades de legitimação” (PÉCAUT, 1990, p. 89). Sem falar que não há interferências mútuas, mas que “todas as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros [intelectual e político]” (PÉCAUT, 1990, p. 89).

Assim sendo, as problemáticas que orientaram os estudos específicos (REIS, 2007a e GRILL, 2008), além das investigações sobre profissionalização política e

“militantismo” na França, são tributárias igualmente do diálogo com pesquisas que evidenciaram a forte heteronomia das dimensões política e intelectual nas dinâmicas chamadas periféricas (PÉCAUT, 1990; ANJOS, 1998; SIGAL, 2002; CORADINI, 1998, 2002, 2003, 2004, entre outros). Esses trabalhos foram desenvolvidos a partir da comparação com dinâmicas centrais marcadas por processos históricos de autonomização das esferas sociais.

Posto isso, o esforço residiu em utilizar os casos analisados adiante para compreendê-los no bojo dos processos de *politização* que abrange múltiplas dimensões da vida social e que são marcados por registros, lógicas e recursos marcados pela multidimensionalidade. Apesar de polissêmica, é possível distinguir, grosso modo, três vias de emprego ou de apreensão da categoria *politização*: 1) a *politização* como processo histórico de constituição de uma dimensão específica e especializada de definição e exercício da atividade política; 2); a *politização* implica em investimentos para a aquisição (aprendizado, socialização, “conscientização”...) de um “interesse” ou na detenção de “saberes” (informações, posicionamentos, vocabulário...) sobre a política geralmente traduzida no princípio da “participação”; 3) e a *politização* informa o trabalho incessante pela (re) definição de problemáticas, atividades, modalidades de intervenção, espaços, objetos e objetivos variados como “políticos”: é a *politização* da vida social. Acredita-se que os itinerários apresentados a seguir permitem explorar os três níveis de análise.

Itinerários Exemplares : Tarso Genro, José Fogaça, Flávio Dino e Joaquim Haickel

Tarso Fernando Herz Genro (Tarso Genro) nasceu em 1947 no município de São Borja (RS). Segundo a “história familiar” difundida por meio do livro escrito por seu pai, Adelmo Genro (1983), ambos seriam descendentes do mascate português Joaquim da Silva Dias, que se fixou na cidade de Santiago (RS) na primeira metade do século XIX e a partir de dois casamentos sucessivos com as filhas de um grande proprietário de terras⁷, acumulou um significativo patrimônio econômico naquela localidade, tornando-se proprietário de uma sesmaria. O pai de Adelmo Genro, neto de Joaquim da Silva Dias, teria negociado suas terras e perdeu “boa parte” desse patrimônio. Sendo o restante dividido entre 12 filhos.

Adelmo Genro nasceu em 1920. As ligações políticas e partidárias de Adelmo Genro começaram nesse período de declínio econômico da “família”, quando mobilizou o

⁷ Esta aliança e a forma como passou a ser conhecido e distinguido, isto é, como Joaquim, o Genro, para diferenciar-se de um escravo homônimo, é a origem do nome da família segundo a genealogia escrita por Adelmo Genro (1983).

capital de relações sociais herdado e sedimentou os contatos e as relações com “os Vargas” e “os Goulart” (“famílias” formadas por grandes proprietários de terra) em São Borja. Afora isso, as relações cultivadas com outra liderança do PTB, também originária da “metade sul”, contemporâneo de ginásio em Santa Maria (onde Adelmo Genro estudou na adolescência), permitiram a sua nomeação como diretor da principal escola estadual em Santa Maria, o colégio Manoel Ribas.

A atuação como professor e diretor do Colégio Manoel Ribas constituiu a base da reputação eleitoral e o trampolim para a carreira política de Adelmo Genro, que despontou para política eleitoral, elegendo-se vereador em 1959 e vice-Prefeito em 1963 de Santa Maria pelo PTB. No entanto, com a instituição do regime militar foi cassado quando ocupava a prefeitura interinamente, acontecimento esse que o transformou em um dos símbolos da “luta contra o regime militar” naquela cidade. Os efeitos desse episódio na “família” desdobraram-se em duas direções. No plano profissional, Adelmo Genro foi levado a empreender novas atividades, atuando como despachante, se formando em direito e constituindo um escritório em parceria com uma “tradicional família de advogados e políticos locais” (“os Jobim”). No plano político, Adelmo fora obrigado a afastar-se da militância partidária, no entanto acompanhando os investimentos dos filhos na política e o destaque na “resistência democrática”. Em 1980, filiou-se ao PMDB, partido do qual foi presidente, chegando a concorrer à vice-prefeito em 1982. Posteriormente filiou-se ao PSB, sendo seu presidente de honra no Rio Grande do Sul até o seu falecimento.

A notoriedade familiar e o ambiente político levaram dois dos seus filhos à militância partidária e às disputas eleitorais como atestam reportagens do jornal Zero Hora em que Tarso Genro descreve seu itinerário:

“Em Santa Maria, também acompanhava meu pai, desde os oito anos, nas campanhas políticas. Ele era prócer do PTB, foi vereador (...) e vice-prefeito. (...) Fui vice-presidente da ala moça do PTB. Meu pai foi o estímulo para a relação pública, como político” (entrevista de Tarso Genro ao jornal Zero Hora, 11/09/2002, p.5).

“Tarso teve nos pais a primeira inspiração para a carreira política: quando moravam em São Borja, Elly e Adelmo eram vizinhos de João Goulart, o Jango, e do irmão de Getúlio Vargas, Protásio. Foram fundadores do PTB na cidade. A vivência para o interesse de Tarso foi precoce. O ex-prefeito de Porto Alegre e os irmãos eram pequenos, mas já acompanhavam encontros na casa dos Genro com personalidades como Pedro Simon (...). A efervescência se repetiria assim que Tarso e o irmão caçula, Adelmo Filho, entraram na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As concentrações à noite na casa anteciparam nomes que se destacariam na política e na cultura” (Zero Hora, 27/10/2002, p.7).

Tarso Genro foi eleito vereador em 1968 e Adelmo Genro Filho em 1976. O primeiro iniciou sua militância política partidária na “Ala Moça do PTB”. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Santa Maria, se elegeu vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), trabalhou no escritório do pai (em sociedade com a “família

Jobim”) e passou a fazer parte da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil. Antes disso, participou de um “grupo literário”, a Vanguarda Cultural. Exilou-se no Uruguai no início da década de setenta e, no retorno ao Brasil, passou a residir em Porto Alegre, atuando como advogado trabalhista. Seu nome está vinculado às disputas em torno da atuação dos “operadores do direito” e ao que passou a ser denominado de “Direito Alternativo”, “Direito Crítico” ou “Pluralismo Jurídico” como um dos seus percussores no estado.

Nesse período, especificamente a partir de 1972, começou a escrever no “Caderno de Sábado” do jornal Correio do Povo que congregava uma “geração” de jovens oriundos de várias profissões, vinculados à defesa da “redemocratização” do país e que explicitamente reivindicavam a condição de intelectuais do estado. Publicou seus textos nesse espaço por quinze anos. Em 1981, o próprio Correio do Povo no seu Caderno de Sábado publicou “Quem é Quem nas Letras Rio-Grandenses?”. O verbete dedicado a Tarso Genro, além de listar sua produção escrita desde 1968, destacava tratar-se de um “advogado militante no foro trabalhista”, especialista em “obras jurídicas”, dedicado a uma “poesia de forte cunho social” e interessado na literatura latino-americana (CORREIO DO POVO, 10/01/1981, p.5).

Na seqüência, integrou o conselho editorial do Jornal Informação e foi um dos responsáveis pela viabilização financeira do veículo, recolhendo contribuições junto aos advogados comprometidos com a “resistência à ditadura”. A direção do órgão estava ao encargo de um conjunto de militantes do Setor Jovem do MDB de Santa Maria oriundos dos movimentos estudantis e fortemente influenciados por Tarso Genro. Seu irmão, Adelmo Genro Filho, era o editor-chefe, e seu primo, Daniel Herz, o diretor (ambos jornalistas) do Informação⁸.

Tarso Genro escreveu poesias, crítica literária e de cinema e textos sobre conjuntura política no jornal classificado no meio como pertencente à “imprensa alternativa”. Entre os últimos cabe destacar três textos produzidos sobre o populismo e sobre as lideranças trabalhistas no Rio Grande do Sul (leia-se Getúlio Vargas, João Goulart e Alberto Pasqualini). Nesses artigos de 1976, se lançava à discussão sobre a “herança trabalhista”, os “limites do populismo” (do qual, segundo ele, somente a “leitura marxista da realidade” poderia se desvencilhar), as especificidades da formação política gaúcha, sobretudo partidária (representada pela inserção popular e pela definição programática do PTB), e o resgate dessa “tradição” pelas “novas forças políticas de esquerda”⁹.

⁸ O histórico do jornal e a centralidade desse veículo como porta-voz de segmentos da esquerda gaúcha abrigada no MDB e para a fixação da liderança de Adelmo Genro Filho foram aspectos analisados por Reis (2001,2007a).

⁹ Para mais detalhes, ver Gill (2005) que situa a interpretação feita por Tarso Genro sobre a “tradição trabalhista” em relação às leituras oferecidas por Miguel Bodea (vinculado ao PDT) e Pedro Simon (principal liderança gaúcha do PMDB) e Reis (2002) que compara a produção escrita de Tarso Genro com a de Raul Pont

No final da década de setenta passou a publicar livros, especialmente com reflexões ligadas à política e ao direito como: “Introdução à Crítica do Direito do Trabalho” (1979); Contribuição à Crítica do Direito Coletivo do Trabalho (1981); Moçambique. A caminho do socialismo (1982); Direito Individual do Trabalho (1985); Lenin Coração e Mente (1985, em parceria com Adelmo Genro Filho).

Tais produções coincidiam com uma fase de realinhamento nos jogos de identificações políticas. Juntamente com seu irmão Adelmo Genro Filho e o “pessoal de Santa Maria”¹⁰, participou no final da década de setenta de um movimento denominado de “Oposições Populares” (que defendia a permanência dos quadros de esquerda no MDB como “frente”), militou no Partido Revolucionário Comunista (PRC) e ingressou no PMDB com a redemocratização.

Posteriormente, como parte de um movimento coletivo do “pessoal de Santa Maria” que ocorreu a partir de 1984, se filiou ao Partido dos Trabalhadores e liderou nessa sigla algumas “tendências” que adquiriram diferentes denominações. Faz parte desse processo uma “reinterpretação” do marxismo ou a substituição de repertórios, rótulos, identificações que os afastou do chamado “marxismo-leninismo” e os associou a posturas mais “moderadas”. Mais uma vez constituíram um espaço de interlocução e um veículo de divulgação dos posicionamentos do “grupo”. Organizaram um Centro de Filosofia e Política (CEFIP) e uma Revista chamada Práxis, dirigidos por Adelmo Genro Filho e financiados por Daniel Herz (oriundo de uma família de empresários no estado). Tarso Genro foi conferencista e professor nos cursos do CEFIP e escreveu diversos artigos na revista Práxis sobre “marxismo”, “direito” e “política”.

A relação de maior coesão no interior do “grupo”, mesmo sob algumas divergências políticas, é a estabelecida entre Tarso Genro e seu irmão Adelmo Genro Filho¹¹. Até a morte desse último (com 36 anos de idade), os dois sempre foram aliados e companheiros nas diferentes “organizações” as quais pertenceram, e a ligação entre eles sempre foi caracterizada pelo “debate intelectual”. De qualquer modo, formaram a *clique* que

identificando elementos de aproximação e distanciamento entre elas e suas relações com os alinhamentos e desdobramento no espaço político-partidário.

¹⁰ Para um itinerário dos deslocamentos e dos posicionamentos do conjunto de militantes reunidos sob esse rótulo, ver Reis (2001, 2007a).

¹¹ Tendo iniciado sua militância política na Ala Vermelha do PC do B em Santa Maria ainda adolescente e influenciado pelo irmão, o jornalista Adelmo Genro Filho foi líder estudantil na Universidade Federal de Santa Maria e principal expoente do Setor Jovem do MDB de Santa Maria, do qual foi presidente. O destaque nestas atividades contribuiu para a sua eleição à vereança em Santa Maria. Em 1982, concorreu a deputado estadual. Foi um dos principais colaboradores da campanha de Tarso Genro à Assembléia Constituinte em 1986, ajudando este último a chegar à primeira suplência da bancada do Partido dos Trabalhadores, que posteriormente possibilitou a ocupação de uma cadeira no Congresso Nacional.

centralizava uma rede de seguidores e capitalizaram suas ações conjuntas para a constituição de “correntes partidárias” de grande peso político e eleitoral no Rio Grande do Sul.

As empreitadas comuns reforçaram-se mutuamente. Tarso Genro já se destacava como advogado trabalhista e “intelectual de esquerda” e maximizava o apoio em cadeia dos militantes de esquerda liderados por Adelmo, além da base eleitoral em Santa Maria conquistada por seu pai e mantida por seu irmão (como vereador e candidato a deputado estadual em 1982). A maior “organicidade na militância” (na linguagem do meio) de Adelmo Genro Filho, a superior “dedicação” em termos de formação acadêmica e a intensidade das relações que mantinha com as “bases” (seguidores mais ideologizados e identificação com Santa Maria), eram complementadas pela maior exposição pública e circulação por diferentes espaços de Tarso Genro (que acumulava igualmente os atributos “do intelectual”). Inserções viabilizadas pelo desempenho das atividades como advogado de sindicatos, escritor, crítico literário em jornais, etc. a partir da capital do estado onde residia desde início da década de setenta.

Essa soma de esforços e de atribuições contribuiu para a projeção do “grupo” e para a centralidade da cadeia líderes-seguidores que formou algumas facções políticas no estado, centralizadas por Tarso Genro. Mesmo após o falecimento de Adelmo Genro Filho, seus principais aliados e seguidores oriundos ou não de Santa Maria permaneceram integrados ao círculo de colaboradores políticos e aderentes das tomadas de posição de Tarso Genro. Personalidades da política gaúcha como Marcos Rolim (ex-presidente do DCE da UFSM, ex-vereador em Santa Maria e ex-deputado estadual e federal), Estilac Xavier (ex-presidente do DCE da UFSM, ex-chefe de gabinete de Adelmo Genro Filho na Câmara de Vereadores de Santa Maria, ex-secretário municipal do governo de Tarso Genro em Porto Alegre, ex-vereador e deputado estadual) e Paulo Pimenta (ex-presidente do DCE de Santa Maria, ex-chefe de gabinete de Marcos Rolim, ex-vereador em Santa Maria, ex-deputado estadual, ex-vice-prefeito de Santa Maria e atual deputado federal) são exemplos disso.

Tarso Genro concorreu, em 1986, a deputado federal constituinte (ficando na primeira suplência e vindo a assumir o mandato por dois anos), em 1988 a vice-prefeito (se elegendo), em 1990 a governador (não se elegendo) e em 1992 e 2000 a prefeito (obtendo sucesso). Depois de ter sido deputado federal, vice-prefeito, candidato a governador e duas vezes prefeito de Porto Alegre, concorreu, em 2002, ao governo do estado (perdendo no segundo turno). Apesar da derrota, foi convidado pelo então presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva para o cargo de secretário de desenvolvimento econômico e social da presidência da República. Na sequência foi Ministro da Educação e atualmente é Ministro da Justiça.

Como parte dessa ascensão política, sua produção intelectual (escrita) passou a ser cada vez mais diversificada e em veículos de projeção nacional e até internacional. Paulatinamente começou a publicar suas obras por editoras de circulação nacional, a intervir politicamente mediante artigos publicados em periódicos localizados no centro do país e seus textos passaram a ser traduzidos para outras línguas. Alguns títulos são ilustrativos disso: *Direito individual do Trabalho*. Editora LTR. São Paulo, 1994; *Orçamento Participativo. A Experiência de Porto Alegre*, com Ubiratan de Souza. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1997; *O futuro por armar*. Editora Vozes, 1999; *Esquerda em Processo* - Editora Vozes, 2004; *Crise da Democracia - Direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global*. Editora Vozes. Petrópolis, 2002; *Sul filo dei classici: autocritica antiutopica del diritto? Em Democrazia e Diritto*, ed. FrancoAngeli, Roma, 2004; *Droite et marxisme* - em *Encyclopedie de la Sociologie de Droite*, org. André-Jean Arnaud, Paris, 1993, p.362; *Hacia una nueva democracia* - artigo no jornal *El País*, 1 de fevereiro de 2002, editoria de Opinião, p. 11; *Vers une nouvelle citoyenneté - Thèses pour une théorie démocratique de l'État e du socialisme*. Paris (França). Rev. Mouvements, nº18, novembre-décembre 2001; *Porto Alegre e le vie locali della cittadinanza*. *Italianieuropei*-1º febbraio, 2002; *Crisis de la democracia - derecho, democracia directa y neoliberalismo en el orden global*. Barcelona: ediciones del Serbal, 2003.

Flávio Dino de Castro Costa¹² (Flávio Dino) nasceu em 1968 na cidade de São Luís, capital do Maranhão (MA). É originário de uma “família” notabilizada pelas carreiras políticas, jurídicas e intelectuais. Seu bisavô, Nicolau Castro e Costa, chegou a ocupar postos políticos, entre os quais se destaca o cargo de deputado Provincial do Amazonas. O avô, Nicolau de Castro e Costa (conhecido como Nicolau Dino), nasceu no Amazonas em 1900, fez os estudos secundários em Belém e concluiu o curso de Direito na então Faculdade do Pará. Foi promotor e juiz no Maranhão (indicado por “chefes políticos locais”), chegando ao posto de Desembargador do Tribunal de Justiça do estado. Sua carreira no espaço jurídico foi ainda coroada com a eleição para a presidência dessa instituição. Era identificado com a

¹² Os dados usados para a construção do itinerário do agente foram coligidos de um trabalho orientado por um dos autores desse texto. Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (BARROS FILHO, 2007) e que mobilizou uma entrevista realizada com o atual deputado federal (seguindo roteiro elaborado para uma pesquisa mais ampla sobre as bases da especialização política no Maranhão e aplicado em outros 11 casos) e uma gama variada de fontes para coleta de informações biográficas e referentes à genealogia (livros, entrevistas em jornais, anais da Assembléia Legislativa, etc.).

facção dominante na política local denominada de “Vitorinismo”¹³. Simultaneamente, dedicou-se à afirmação intelectual escrevendo uma tese sobre Gregório de Mattos em um concurso de História da Literatura, um livro intitulado “Onze Votos Vencidos”, no qual reproduziu julgamentos como desembargador, uma tese apresentada para a Cátedra de Direito Civil e outro livro intitulado “Visconde de Vieira da Silva” em homenagem a seu patrocinador no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Faz parte ainda do panteão Jurídico do estado como patrono da cadeira n.º 40 da Academia Maranhense de Letras Jurídicas.

O pai de Flávio Dino e filho de Nicolau Dino, advogado formado na Faculdade Direito de São Luís, Sálvio de Jesus de Castro e Costa (Sálvio Dino), foi líder estudantil (participou da União Maranhense de Estudantes Secundaristas e do “Parlamento Escola” do curso de Direito). Chegou a ocupar os cargos de vereador e deputado estadual. Teve seus direitos políticos cassados em 1964. Durante o regime militar ocupou cargos de primeiro escalão no governo do estado nas gestões de José Sarney e Pedro Neiva de Santana (ligados a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, partido que “dava sustentação ao regime militar”). Em 1974 recuperou o direito de concorrer a cargos eletivos e se elegeu novamente deputado estadual. Porém, não obteve sucesso nas eleições a Assembléia Legislativa de 1978 e 1982 e voltou a ocupar cargos de primeiro escalão em governos estaduais nas gestões de João Castelo e Luiz Rocha (ligados ao Partido Democrático Social, o chamado “partido sucedâneo da ARENA”). Foi ainda por duas vezes prefeito de João Lisboa, um pequeno município do interior do estado, e encerrou a carreira sendo derrotado quando concorria à reeleição nessa cidade.

No que diz respeito especialmente aos investimentos “intelectuais”, dedicou-se a escrever sobre variados gêneros literários como contos, poesias, romances, coletâneas de discursos e livros de memória sobre a faculdade e os “vultos” do Direito em São Luís. Foi ainda consagrado como membro da Academia Maranhense de Letras e foi membro fundador da Academia Imperatrizense de Letras.

Além da influência dos ascendentes para a aquisição de disposições para o engajamento como ativista político e intelectual e de um capital de relações sociais, o episódio da “cassação” em 1964 e o declínio da influência política que atingira Sálvio Dino se mostraram decisivos no itinerário do seu filho. Na reconstrução feita por Flávio Dino do seu próprio trajeto, enfatiza a inscrição na tradição literária, jurídica e política do estado a qual pertenceram seu pai e avô. Sendo que a cassação do pai aparece como fator que explicaria as

¹³ Para mais detalhes sobre o significado do que se convencionou chamar de “Vitorinismo” (facção política liderada por Vitorino Freire) no estado do Maranhão, o trabalho de memória e as estratégias reprodução de grupos familiares na política na invenção de uma “tradição política”, ver Grill (2007).

suas tomadas de posição à esquerda. Nesse ponto, evidencia-se a vinculação que Flávio procura estabelecer com a “tradição” da “Atenas Brasileira” – expressão consagrada localmente e que aciona um passado próspero e marcado pela formação cultural dos homens públicos como referência mítica – e à “tradição” da “Ilha Rebelde” – termo que ativa uma pretensa continuidade de várias mobilizações populares na capital do estado. Por fim, a decadência da liderança política do pai nas últimas décadas exigiu de Flávio Dino, além de um deslocamento no domínio político (em busca de novos espaços e de novas alianças), a edificação de uma notoriedade e de uma reputação que permitissem o ingresso “por cima” na carreira política.

Flávio Dino e seus irmãos (Nicolau Dino e Sálvio Dino Júnior) estudaram nos principais colégios particulares de São Luís e concluíram o curso de Direito na Universidade Federal do Maranhão. O atual deputado federal pelo PC do B foi presidente, na década de oitenta, do grêmio estudantil do colégio Marista (tendo sido “contemporâneo” no movimento estudantil de vários filhos de políticos de destaque no estado) e participou de grupos de discussão sobre “política” e “marxismo”. Já na universidade foi secretário-geral e coordenador do Diretório Central de Estudantes da UFMA. Nesse período se filiou ao Partido dos Trabalhadores, foi vice-presidente do Diretório Municipal da “agremiação” e atuou como advogado da sigla. Sua monografia de conclusão do curso de Direito, defendida em 1990, intitulou-se “O Direito de Greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício”, depois foi publicada em forma de livro (prefaciado por importantes “figuras” do espaço jurídico maranhense, contemporâneos do seu pai) e foi o marco de uma modalidade de intervenção política privilegiado pelo agente que funde, no mínimo, registros do âmbito das disputas partidárias, sindicais, jurídicas.

Nessa interpenetração de lógicas passou a atuar, na década de noventa, como advogado de sindicatos (clientela que fazia parte das suas relações políticas), foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da Ordem de Advogados do Brasil no estado e posteriormente professor da Universidade Federal do Maranhão. Em 1994 investiu na “carreira de Estado” mediante a aprovação em primeiro lugar no concurso nacional para juiz federal. Nessa condição passou a intervir politicamente por meio do engajamento nas lutas relativas à corporação e por tal intermédio a tomar posição sobre diferentes questões. Em 1998, foi eleito vice-presidente da Associação dos Juízes Federais (AJUFE) e, em 2000, presidente da entidade, o que permitiu a atuação em espaços institucionais como o de membro do Conselho da Justiça Federal e secretário da Comissão de Altos Estudos da Justiça federal. Na pauta do debate no qual se inseriu, os principais temas eram os direitos humanos (“erradicação do trabalho escravo”, “proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas do

Ministério da Justiça”, entre outros.) e a “reforma do judiciário” (especialmente a criação do Conselho Nacional de Justiça e o “combate ao nepotismo”).

Sua intervenção, contudo, não se restringia a essas arenas, mas complementava-se pela atuação no âmbito universitário. Em 2001 defendeu sua dissertação de mestrado intitulada “Autogoverno e Controle do Judiciário na Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça”, publicada no mesmo ano em forma de livro (prefaciado pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal, Nélson Jobim, e pela cientista política Maria Teresa Sadek). Foi também professor de Direito na UNB. Participou ainda de instâncias como a comissão editorial da Revista “Direito e Política” do Instituto Brasileiro de Advocacia (IBAP) e publicou, já nessa década, artigos e trabalhos sobre “Direito Ambiental”, “Direito Administrativo”, “Direito Constitucional”, “Direito Público”, “acesso à justiça”, “trabalho escravo”, “crimes ambientais” e “direitos humanos”. Sobre a sua produção intelectual afirma: “Sempre foi determinada a partir da intervenção política, que sempre foi o mais forte. (...). Talvez os interesses no mundo do direito sempre foram determinados politicamente, pela política, pela via da política” (entrevista com Flávio Dino).

A campanha de 2006 à deputação federal foi construída a partir de um conjunto de bases de interconexão composto por alianças diádicas verticais para cima e para baixo (LANDÉ, 1977) e elos pessoais justificados por regras morais e pragmáticas (BAILEY, 2001). Uma série de movimentos propiciou seu ingresso na carreira política e seu reingresso nas disputas partidárias do estado. Em primeiro lugar, as dissidências no jogo de facções locais redefiniram as clivagens. O então governador José Reinaldo Tavares rompeu sua ligação com a principal liderança do seu “grupo político” (José Sarney) e se aproximou das lideranças ligadas à facção rival. Atraiu vários prefeitos e personalidades para uma grande frente intitulada “Frente da Libertação” (entre elas dois quadros de destaque do judiciário, o ex-ministro e presidente do Supremo Tribunal de Justiça Edson Vidigal que concorreu a governador pelo PSB e o próprio Flávio Dino que concorreu a deputado federal pelo PC do B). Na recomposição do seu secretariado, José Reinaldo Tavares passou a contar com a colaboração do advogado e professor universitário Sálvio Dino Júnior (irmão de Flávio que fora coordenador do Diretório Central de Estudantes da UFMA), então militante do PT.

Flávio Dino foi beneficiado pelo apoio de parte das lideranças locais cooptadas pelo então governador e acionou um leque de contatos com círculos da “elite política brasileira” estabelecido no período em que atuou em Brasília. Tais trunfos se somaram ao trabalho de mobilização dos “operadores do direito” espalhados pelo estado, aos quadros do PC do B que atuaram de forma coesa na campanha, aos contemporâneos de movimento

estudantil (muitos deles, inclusive, ainda filiados ao PT) e a uma importante parcela dos chamados “formadores de opinião” (como professores e jornalistas) da capital¹⁴.

Um dos resultados desses investimentos foi a conquista de um cargo eletivo já na primeira competição eleitoral e ainda conseguindo ser o 4.º deputado federal mais votado no estado. O ingresso “por cima” diretamente como deputado federal, “ungido” por apoios do centro da política nacional, se utilizando de rearranjos nas alianças e alinhamentos no estado, bem como se apoiando nas “imagens” que mesclam o reconhecimento como intelectual e político, permitem o aproximar do padrão dominante de recrutamento da “elite política” no estado. Mesmo que os repertórios e as linguagens utilizados sejam renovados e re-atualizados constantemente.

Após a posse como deputado federal, Flávio Dino dedicou-se a escrever semanalmente uma coluna no Jornal Pequeno, um dos principais periódicos do Maranhão e que se caracteriza pelo alinhamento à facção que venceu as últimas eleições no estado. Os artigos tratam de questões da conjuntura política e o autor fundamenta os posicionamentos sobre a agenda em pauta com referências históricas e jurídicas, bem como com o uso da sua biografia pessoal.

José Alberto Fogaça de Medeiros (José Fogaça) nasceu em 1947, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS). O pai era farmacêutico, proprietário de uma farmácia (localizada num bairro de classe média alta da capital) e a mãe era dona de casa (proveniente de uma “família de políticos” de São Francisco de Paula/RS). Os primeiro e segundo graus foram feitos em escolas particulares (Santa Inês e Rosário). Ele afirma que começou a escrever poesias aos 10 anos de idade, ganhando, aos 13 anos, um concurso de redação promovido por um jornal de circulação regional. Além disso, na descrição da sua biografia (entrevista de Fogaça ao jornal *Zero Hora*, 2004, p.4) também ressalta que o desenvolvimento do seu “gosto pela criação literária e musical” fora estimulado pelo pai que gostava muito de ler e tinha uma “boa biblioteca” e também pelo bisavô materno que era músico (tocava acordeão e violão). As primeiras composições de José Fogaça teriam sido dedicadas à mãe “porque a família dela era musical” (Idem).

Quando era estudante “secundarista” nos anos sessenta, Fogaça aproximou-se da Juventude Estudantil Católica e foi secretário de cultura do grêmio estudantil da sua escola

¹⁴ Sobre a composição da rede de apoiadores e a mobilização da mesma durante a campanha em diferentes cenários (comícios, caminhadas, atos, etc.) e mediante linguagens distintas (panfletos, depoimentos, cartas de apoiadores, etc.) pode-se consultar BARROS FILHO (2007).

(Colégio Rosário), sendo responsável pela produção de um “jornalzinho”. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre em 1965 e na mesma instituição de ensino também cursou Letras. Chegou a concorrer à presidência do Centro Acadêmico, porém não obteve êxito e não investiu sistematicamente na militância estudantil desde então.

Depois de concluída a universidade deu aulas em escolas e em um curso pré-vestibular. No início dos anos setenta foi a um “popular” programa de televisão para divulgar um festival de música, acabou retornando a esse espaço para dar “dicas” de português e sendo contratado pela emissora para fazer isso uma vez por semana. Em decorrência dessa atuação, apresentou outros programas de TV e de rádio dedicados aos “jovens” e à música. Dentre eles, destaca-se o programa “Opinião Jovem” da Radio Continental em 1974, para o qual chegou a escrever especialmente uma música para a abertura, intitulada “Testamento”, que foi gravada pelos amigos do grupo musical “Almôndegas”, então constituído por Kleiton e Kledir Ramil, Zé Flávio, Pery Souza, Quico Castro Neves e Gilnei Silveira.

Nesse período, conheceu Isabela Coronel Amilivia, com quem teve quatro filhos. Nutricionista formada pelo Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), ela participou de vários festivais de música gaúcha e, como cantora, adquiriu notoriedade pela interpretação de uma música de Fogaça que ficou conhecida como um dos “hinos” de Porto Alegre (“Porto Alegre é Demais”). Posteriormente, pautou sua carreira como intérprete, sobretudo das canções do marido, lançando basicamente quatro trabalhos com composições ou de composições de Fogaça: “Fogaça, Amigos e Canções” (1998); “Porto Alegre é demais” (2000); “Natal em Família” (2003); e “Fogaça, Alma Gaúcha” (2004).

O primeiro disco lançado com composições de José Fogaça foi do grupo “Almôndegas”, em 1977, intitulado “Gaudêncio sete luas”, no qual continha a sua música mais conhecida, “Vento Negro”, que é lida por muitas pessoas como com uma “letra de conteúdo político” e chegou a inspirar uma tendência do movimento estudantil denominada “Viração” (termo usado no refrão da música e que indica no vocabulário “regionalista” uma mudança “radical” do “tempo” anunciada por um “forte vento”). Além dessa, no mesmo disco, constam outras duas composições em parcerias (“Piquete do Caveira” e “Mi triste Santiago”/Tributo à Pablo Neruda). Em 1980, José Fogaça chegou a vencer o festival de música “Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul” com a canção “Semeadura”, criada em parceria com Vitor Ramil, e igualmente considerada uma “música de protesto”.

Por tais inserções, Fogaça é apontado como um dos principais porta-vozes do chamado Movimento Nativista no Estado¹⁵ (ou de uma das suas vertentes) que, na sua concepção, teria emergido “em determinado momento em que as circunstâncias políticas e culturais” eram “extremamente desfavoráveis para a autonomia” do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país. Na sua avaliação, tratava-se, então, de uma “atitude de resistência cultural”, como “reação” a “cada vez menor participação do Rio Grande do Sul nos espaços políticos e econômicos sobreposto pela ocupação político-cultural de outras culturas, principalmente as emanadas do centro do país, e de procedência estrangeira” (Fogaça, Apud JACKS, 1987, p. 46).

O destaque adquirido (como professor, apresentador, poeta, compositor...) teria resultado no convite aceito para filiar-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), feito pela liderança gaúcha do partido Pedro Simon¹⁶. Devido ao fim do programa que apresentava e no qual fazia comentários sobre política, em 1976, por intervenção de agentes do “regime militar”, Fogaça se deslocou para São Paulo onde igualmente trabalhou numa rádio como comentarista político. O retorno definitivo para o Rio Grande do Sul ocorreu somente seis meses antes da sua eleição como o deputado estadual mais votado do MDB em 1978, sendo que nesse mesmo ano lançou o livro de crônicas “Uma geração amordaça”.

Em 1982 elegeu-se deputado federal pelo PMDB; em 1983 lançou pela Câmara dos Deputados “Nossa luta, nossa esperança”; no ano seguinte atuou como coordenador da campanha pelas “Diretas Já”; e, em 1985, publicou “Aprendizes da Esperança” e concorreu a vice-prefeitura de Porto Alegre na chapa encabeçada pelo economista Carrion Júnior, ambos filiados ao PMDB. Em 1986 conquistou a vaga de Senador, sendo reeleito em 1994. Nesse meio tempo, em 1990, concorreu sem sucesso ao governo do estado do Rio Grande do Sul.

Afora os vários artigos em jornal que publicou nesse período, algumas matérias publicadas em revistas podem ser destacadas: “Presidencialismo e a história do compadrio”; “É possível acabar com o fisiologismo na política brasileira?”; “Concessões de serviço público de transporte coletivo de passageiros”; e “O Senado entra em jogo. Rumos do Desenvolvimento”; cabendo ainda mencionar o trabalho publicado pela Câmara dos

¹⁵ O chamado Movimento Nativista do RS teria impulsionado um crescimento muito grande do mercado de produção artística, ampliando o espaço para seus poetas, compositores e músicos, gerando a profissionalização dos mesmos, o crescimento do mercado editorial, o aumento dos espaços para a cultura regional na mídia e gerou, sobretudo, uma grande polêmica sobre a cultura regional gaúcha (JACKS, 1987).

¹⁶ Conhecido tanto por ter “olho clínico” (“treinado”, “capacitado”, “especializado”) na identificação de “novas lideranças” como, justamente, pelo “interesse” que tinha em estabelecer um elo com a “juventude” através de mediadores qualificados vindos desse meio. Ver Reis (2001).

Deputados, em 1987, intitulado “Uma geração que avança”¹⁷ e outro publicado pelo Senado Federal “Em defesa do governo Simon-Guazelli”.

Ainda não havia concluído o segundo mandato de Senador quando optou por acompanhar, em 2001, a dissidência liderada pelo ex-governador Antônio Britto que deixou o PMDB para ingressar no PPS. Por esse último partido, José Fogaça tentou novamente reeleger-se ao Senado, sem obter êxito. Afastou-se temporariamente dos pleitos, voltando a dar aulas (foi professor de Direito Constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses) e atuou como articulista do Jornal Zero Hora.

Em 2003 preparou, com a esposa Isabela, o CD “Natal em Família”, com composições e adaptações inéditas, lançado pela Companhia Zaffari, cujo publicitário chefe é Luiz Coronel, conhecido poeta originário da “região da campanha” ou da “metade sul” que também continha uma música no disco de 1977 dos “Almôndegas”, que participou do mesmo Movimento Nativista com Fogaça, e que com ele compôs uma das canções do disco de natal (“Era uma vez um menino”). Aliás, a mesma Companhia Zaffari fora responsável pela maior divulgação, mediante uma massiva campanha publicitária, da canção “Porto Alegre é Demais” e, conseqüentemente, da sua cantora Isabela Coronel Fogaça. Em 2003, quando Fogaça já era pré-candidato a prefeitura de Porto Alegre, lançou o CD “Fogaça: Alma Gaúcha” que tornou possível a divulgação (via outdoors e anúncios na televisão) do seu nome e a sua associação com a definição da identidade regional. Entre os intérpretes das músicas de Fogaça estavam artistas gaúchos como Kleiton e Kledir Ramil, Isabela Fogaça, Vitor Hugo, Jader Cardoso e Elaine Geissler.

Além das apresentações promovidas no estacionamento da maior filial do supermercado Zaffari da capital, um show de natal também passou a se realizar na cidade de Gramado/RS a partir de 2004 (promovido pela mesma empresa). Em entrevista, já em 2007, comentando a participação no evento, Isabela enfatiza que “este espetáculo é quase uma religião para nós, gostamos muito de fazer” (<http://gramadosite.com.br>, acesso em 14/02/2008). A filha de oito anos canta desde os cinco no coral e participa dos shows. Na foto da matéria, Isabela apresenta-se ao lado de Fogaça vestido de papai-noel.

Nessa ocasião ele já havia assumido a prefeitura de Porto Alegre, tendo sido eleito em 2004 numa coligação PPS-PTB. Apresentando-se como uma “terceira via” na polarização PT/PMDB, a ênfase da sua campanha foi a “mudança” mantendo alguns projetos marcantes da administração do PT, como o orçamento participativo. Durante a campanha, os amigos músicos manifestaram seu apoio e cantaram nos comícios (principalmente Kleiton e Kledir

¹⁷ Sobre o uso da idéia de geração como critério de identificação e de mobilização política entre militantes do Setor Jovem do MDB do Rio Grande do Sul, ver Reis (2001).

Ramil, ex-integrantes do grupo “Almôndegas”), com exceção de Vitor Ramil, cuja principal colaboração foi não ter manifestado seu apoio ou participado dos comícios do adversário petista (o que fazia em todas as eleições em prol dos candidatos do Partido dos Trabalhadores). Na campanha, dentre as diversas aparições de Isabela, principalmente cantando, as mais contundentes foram aquelas em que interpretou, nos programas eleitorais, a música em homenagem a Porto Alegre (“Porto Alegre é Demais”).

Uma vez eleito, uma das medidas de Fogaça foi assinar, com a prefeitura de Uruguaiana, o “protocolo de intenção” para a “promoção cultural da 34.^a Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez a edição regional do evento recebeu o apoio oficial da Prefeitura de Porto Alegre” (<http://www2.portoalegre.rs.gov.br>). No discurso de lançamento do protocolo (realizado durante a 28^a Expointer no dia 03/09/2005), “Fogaça relembrou suas participações no festival na década de 70 e falou sobre a importância da Califórnia na cena musical e cultural do Rio Grande do Sul” (Idem). Nas suas palavras: “É com orgulho redobrado que eu assumo este protocolo para apoiar a realização deste grande evento, responsável por irradiar no Estado a magia do nativismo” (Idem).

Em 28 de setembro de 2007, José Fogaça retornou ao PMDB e concorrerá à reeleição nas eleições municipais de Porto Alegre em 2008.

Joaquim Elias Nagib Pinto Haickel (Joaquim Haickel) nasceu em 1959, em São Luís (MA). Os avós maternos de origem portuguesa eram pequenos comerciantes e os paternos, igualmente comerciantes, porém de origem libanesa. Esses últimos teriam se deslocado para o Maranhão na primeira década do século XX e ajudaram a constituir uma significativa “colônia de imigrantes” no município de Pindaré Mirim, pertencente à chamada “região da baixada maranhense”. Além da dedicação ao comércio e ao sucesso empresarial alcançado, alguns deles investiram também na carreira política.

Motivado pela eleição do irmão que concorrera a prefeito de Pindaré Mirim (tendo ocupado esse cargo por 14 anos: três mandatos de quatro, seis e quatro anos) e se tornara aliado do governador eleito em 1965, José Sarney, o pai de Joaquim, Nagib Haickel, estreou nas competições eleitorais em 1966. Com o segundo grau incompleto, além de empresário (ou próspero comerciante), “Nagibão” (como chama o filho) teria sido, segundo Joaquim, um “político de verdade” (entrevista com Joaquim Haickel) desde aquele ano – quando se elegeu deputado estadual pela primeira vez – até 1993 quando ocupava a posição de Presidente da Assembléia do Estado e veio a falecer. Dentre os cargos ocupados, foi por três ocasiões deputado estadual (1966 a 1978) e duas vezes deputado federal (1978 a 1986). Não tendo êxito na eleição para deputado estadual em 1986, ocupou o cargo de administrador

(ou interventor) de outro município, Zé Doca, situado na mesma região de Pindaré Mirim, durante aproximadamente três anos. Depois, em 1990, elegeu-se novamente deputado estadual.

Joaquim Haickel, aos 22 anos, conseguiu eleger-se deputado estadual com um montante de 16.850 votos graças aos vínculos de parentesco ou mais precisamente, pelo fato de “ser filho do Nagib” com quem fez uma “dobradinha” naquela ocasião (entrevista com Joaquim Haickel). Antes disso, foi chefe do gabinete oficial do então governador do estado, João Castelo. Em 1986, já formado em direito pela UFMA, a parceria com o pai é repetida, porém invertendo os cargos disputados. Novamente obtém êxito, dessa vez na campanha para deputado federal, sendo eleito aos 26 anos. A inversão feita teria sido estratégica para oportunizar a sua atuação como constituinte que, segundo ele, seria facilitada pela sua formação jurídica. E essa “experiência” é ressaltada pela chance de “privar da companhia de Florestan Fernandes, Arthur Da Távola, Luís Viana, assessorado por Miguel Reale, foi um negócio fantástico”. Classifica a ida para a Assembléia Legislativa como um “mestrado” e a “experiência” de constituinte com um “doutorado” (entrevista com Joaquim Haickel).

Além das inserções políticas, na primeira metade dos anos oitenta (período em que ainda cursava a faculdade), Joaquim Haickel também investia na socialização e em sociabilidades relacionadas ao “meio cultural”. Um dos resultados desse investimento, alvo constante de sua auto-consagração, foi a edição de suplementos semanais no jornal Estado Maranhão em 1983 e de vinte e quatro revistas mensais entre 1984 e 1985 das publicações chamadas de Guarnicê¹⁸, bem como uma antologia de poemas em 1984 e uma antologia de poemas eróticos em 1985, além de meia dúzia de outros livros de poemas, contos, ensaios e cartuns. Em matéria escrita por Joaquim no seu blog (<http://joaquimhaickel.globolog.com.br>, 15/11/2006, acesso em 04/02/2008) e dedicada a homenagear os vinte anos do “Guarnicê”, evidencia-se seu esforço em aclamar as contribuições “intelectuais” e as colaborações “financeiras” revelando, assim, os empreendimentos e vínculos valorizados.

Dos primeiros, destaca a formação privilegiada, sintetizada na pergunta:

“Imaginem o que pode sair das cabeças de meia dúzia de jovens, que tendo estudado em bons colégios, recebido uma boa orientação educacional, cultural e social, se achavam preparados para dizer a cidade e ao mundo o que pensavam através de suas poesias, crônicas, críticas e desenhos, compilados e editados por eles semanalmente e levado ao público encartado no maior e mais importante jornal de nossa capital?” (Idem).

Para os últimos, a gratidão é direcionada aos “poucos patrocinadores”, particularmente:

¹⁸ Em 2003 foi publicado o “Almanaque Guarnicê. 20 anos”, com poemas, fotos, caricaturas, crônicas, enfim, predominantemente assinadas pelos nove destaques da “geração Guarnicê” (Joaquim Haickel, Celso Borges, Roberto Kenard, Paulo Coelho, Érico, Ronaldo Braga, Cordeiro, Dulce Britto e Franco Jasiello).

“o meu velho pai que nos cedeu o espaço e o dinheiro para montarmos a nossa gráfica, de Francisco Camelo, então dirigente do SIOGE [Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado], órgão de saudosa e importante memória e principalmente de Fernando Sarney, então presidente da CEMAR, empresa patrocinadora de tudo que aconteceu nas artes e na cultura (e até nos esportes) do Maranhão de 1983 até 1995” (Idem).

É importante frisar ainda o reconhecimento reivindicado ao amigo e sócio Fernando Sarney e ao Sistema Mirante, de propriedade da “família de políticos” aos quais os Haickel estão ligados por vínculos de aliança desde o início da década de sessenta:

“Fernando era, e continua sendo, o guru da cultura maranhense - e do esporte também -, agora através do jornal O Estado, da TV Mirante e das rádios espalhadas por todo o nosso Estado. Por falar em Fernando e em Mirante é importante que se diga que foi com a Mirante FM que tudo começou. Foi lá que começamos tudo, fazendo o programa Em Tempo de Guarnicê, com essa mesma turma, onde apoiávamos e incentivávamos a música, a poesia e a cultura maranhense, foi de lá que surgiu a Revista Guarnicê”. (Idem).

No mesmo processo de afirmação intelectual, tal “geração de poetas” polemizava com “ícones” da “intelectualidade maranhense”. O movimento inaugural foi concretizado na primeira edição do suplemento que traz escrito na capa: “Qualquer semelhança com um movimento morto é mera coincidência” fazendo alusão à publicação de 1975, denominada a “Hora do Guarnicê”, da qual participaram importantes escritores maranhenses de “outras gerações”, redefinindo o significado do termo Gaurnicê. Mediante a expressão, cunhada pelos “brincantes de bumba-meu-boi”, que “significa dar sustentação à brincadeira, velar a essência do ritual”, busca-se assumidamente “beber na fonte de amos, índias e caboclos de pena e ali erguer a ponte entre o novo e o novilho”. Ainda no ano de 1983, muito do conteúdo dos textos produzidos no Guarnicê era de crítica a Academia Maranhense de Letras e à “concessão recorrente” que seus membros fariam ao poder oficial (LIMA, 2003, p.39).

Contudo, uma tomada de posição política de Joaquim Haickel produziu tensões nas relações de sociabilidades intelectuais e políticas em que estava inserido. Com a escolha dos representantes para o colégio eleitoral que participariam da eleição indireta do Presidente da República (com colaboração do pai, então presidente da Assembléia), Joaquim Haickel foi um dos deputados estaduais encarregados de optar entre Tancredo Neves (com José Sarney de vice) ou Paulo Maluf em 1984. No âmbito político, “os amigos mais próximos levantam a bandeira de Tancredo e formam o grupo político liderado no Maranhão por Sarney”, no âmbito cultural, seus companheiros de “Guarnicê” estavam “fechados com Tancredo”. A “pressão” chegou ao auge quando no dia 25 de outubro de 1984 é publicada nos principais jornais de São Luís a intitulada “Carta aberta ao poeta-deputado Joaquim Haickel” assinada por importantes figuras do cenário político-cultural da ilha de São Luís (LIMA, 2003, p. 86-87). A iniciativa se fundamentava na aliança que seu pai havia estabelecido com Paulo Maluf mediante a convergência de elementos como: vinculação étnica, identificação partidária

(então PDS), convivência no Congresso Nacional e retribuição, uma vez que quando Nagib sofreu um enfarte foi auxiliado por Maluf que enviou para seu atendimento um jatinho e um cardiologista, Adib Jatene (iniciativas essas que teriam “salvo a sua vida”). Joaquim Haickel escreveu no período um “desabafo” intitulado “Um Homem Dividido”, no qual se apresenta “encurralado entre a fidelidade familiar e a voz das ruas” (LIMA, 2003, p. 86-87).

Tal episódio teria lhe rendido uma série de dilemas e contestações. Acabou votando no candidato que era amigo do seu pai (Paulo Maluf) e contrapondo-se à rede de lealdades na qual estava inserido (“família Sarney” e uma parte majoritária da “intelectualidade maranhense”). Com exceção do amigo e agora sócio Fernando Sarney, teria perdido “um monte de amigos” e passado “cinco anos no ostracismo” (entrevista com Joaquim Haickel). Apesar disso se elegeu Deputado Federal em 1986 com o apoio do pai.

Não concorreu à reeleição em 1990 e o esforço de pai e filho se voltou para o retorno de Nagib Haickel à Assembléia Legislativa. Em 1991 Joaquim Haickel foi Subsecretário de Ações Políticas durante aproximadamente três anos e Subsecretário de Educação durante nove meses. Porém, em 1993, com o falecimento do pai somado à vitória de Roseana Sarney (que guardaria ainda “rancor” devido ao episódio de 1984) para o governo do Estado em 1994, teria decidido sair temporariamente da cena política. Adiciona a isso a justificativa da necessidade de “consolidar” suas empresas, o que teria sido feito durante os quatro anos do primeiro mandato de Roseana Sarney. Nesse momento fortaleceu sua sociedade com Fernando Sarney em uma cadeia de rádios. Sem deixar de mencionar o incremento dos seus empreendimentos editoriais.

Um hiato então acaba se estabelecendo no fluxo desse trajeto politicamente ascendente. Retorna aos pleitos somente em 1998 e conquista três mandatos consecutivos de deputado estadual. Avalia tais conquistas como “100% suas” comparativamente à importância da intervenção do pai nas anteriores: “(...) o [mandato] de 82 e o de 86 me foi dado, eu ganhei de presente, esses três últimos foram meus, 100%. Esforço pessoal, eleitoral, financeiro, tudo. Eu sou o meu único doador na minha campanha de 2006, não recebi um centavo de ninguém” (entrevista com Joaquim Haickel).

Ao longo do trajeto político, Joaquim Haickel transitou por seis siglas partidárias: PDS (Partido Democrático Social); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PDC (Partido Democrata Cristão); PRP (Partido Republicano Progressista); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); e PSB (Partido Socialista Brasileiro). Atualmente é filiado ao PMDB.

No Blog que mantém no site “Imirante”, a sua auto-apresentação é compatível com a forma como constrói seu reconhecimento a partir de um caráter multifacetado ou como o definiu Rossini Corrêa (1991) no posfácio do livro “A Ponte”, como um “homem de sete

instrumentos”. Na mesma apresentação, novamente, a ênfase recai na promoção do “Guarnicê” como divisor de águas e destaca a atuação como “Poeta, contista e cronista, que, quando sobra tempo, também é deputado’ (...) Mais de duas décadas depois do Guarnicê, o ainda parlamentar (...) permanece cronista, contista e poeta. Advogado (...) cinéfilo inveterado, ele alinhava um livro sobre cinema e psicanálise, que, segundo ele, será sua obra definitiva”. (<http://joaquimhaickel.globolog.com.br>, acesso em 04/02/2008).

Joaquim Haickel também mantém uma página num site de relacionamentos da internet onde não somente as “facetas” até então mencionadas são exaltadas no álbum de fotografias como outras “habilidades” são igualmente consagradas, como o “chefe de cozinha” e o “jogador de basquete”. Há também fotos da família, principalmente da filha primogênita, de viagens ao exterior, se apresentando como escritor, dando autógrafos, ao lado de “personalidades” da política maranhense (como Aderson Lago, Mauro Bezerra, Ricardo Murad) e da literatura nacional (como Fernando Moraes e Mário Prata). Soma-se a essas as muitas fotos na “tribuna” ou no parlamento. Para essas últimas, as legendas realçam comportamentos e gestos valorizados na apresentação de si (“professoral”, “objetivo”, “convicto”, “irônico”, “inflamado”, “debochado”, “argumentativo”, “conciliador”, “rindo”, “gritando”, “palestrando”, “arquitetando”, “explicando”, “ouvindo”...).

Dentre as demais publicações de Joaquim Haickel identificadas, estão: “A Ponte” livro de contos prefaciado por Artur da Távola; três livros de poemas: “O quinto cavaleiro”, “Manuscritos” e “Saltério de três cordas” (co-autoria) (prefaciado por Hernandes Herreira de Nunez e Nunez); e três volumes de ficção: “Confissões de uma caneta”, “Garrafa de ilusões” e “Clara Cor-de-Rosa”. Afora o próprio Blog no qual publica contos, poemas, crônicas, comentários variados, com temas (às vezes indissociadamente) políticos, românticos, religiosos, posicionamentos sobre assuntos conjunturais, entre outros.

Considerações Finais

Os quatro itinerários analisados refletem algumas invariâncias e contrastes no recrutamento de “elites políticas” no Rio Grande do Sul e no Maranhão, já observadas em estudo anterior (GRILL, 2008).

Quer dizer, no primeiro rol de aspectos persistentes, identifica-se o forte peso da herança familiar, a preponderância na formação em direito e, sobretudo, o relativamente alto nível de profissionalização política, atestada pela precocidade da entrada dos agentes na política e/ou pelo desdobramento de carreiras em cargos públicos e/ou eletivos.

Sobre a gama de elementos distintivos, pode-se igualmente destacar três evidências. A primeira, diz respeito ao ingresso na carreira política por posições mais periféricas e eletivas no RS (vereança no caso de Tarso Genro e deputação estadual no caso de José Fogaça), em contraposição à estréia por posições eletivas mais centrais ou por cargos públicos de nomeação no MA (deputação federal no caso de Flávio Dino e oficial de gabinete do governador no caso de Joaquim Haickel).

A segunda refere-se à diversificação das instituições de ensino (públicas e privadas na capital e no interior) nas quais os “gaúchos” buscam seus títulos universitários (Universidade Federal de Santa Maria para Tarso Genro e PUC de Porto Alegre para José Fogaça), ao passo que há uma prevalência da formação na UFMA para os “maranhenses”.

A terceira constatação é sobre a maior centralidade da vinculação ou a uma “região” ou a uma atividade desempenhada como estratégia contundente de afirmação de lideranças para os casos do RS (observou-se o destaque assumido pelos “irmãos Genro” em Santa Maria e por José Fogaça pelo exercício do magistério e pela exposição na mídia), enquanto para os casos do MA percebeu-se uma significativa dinâmica de cooptação conduzida por lideranças de facções que dominam a política estadual (o apoio da facção liderada pelo então governador José Reinaldo Tavares para Flávio Dino e a ligação “dos Haickel” com “os Sarney”).

Indo mais além, é possível caracterizar alguns mecanismos comuns e estruturantes dos engajamentos bem como sua tradução em termos de profissionalização política para os agentes investigados. No entanto, apoiando as considerações aqui expostas em verificações propiciadas pela investigação de universos mais amplos (em termos quantitativos e de dimensões de análise)¹⁹.

Inicialmente, é preciso sublinhar a relevância da origem social e da vinculação dos ascendentes familiares com a política. Nesse caso, atenta-se que os usos do patrimônio político familiar se mostram decisivos para a *politização*: 1) a socialização com o universo da “política”; 2) a constituição (muitas vezes racionalizada) de uma disposição para intervenção; 3) a mobilização de um capital de relações sociais e sua ativação para o acúmulo de capital eleitoral; 4) a administração de fidelidades intergeracionais e adaptação aos novos condicionantes da luta política; 5) e para a atenção voltada ao atendimento de clientelas diferenciadas (esforço nítido nos casos de Tarso Genro, Flávio Dino e Joaquim Haickel).

¹⁹ Para um trabalho de maior fôlego, têm-se os resultados obtidos na pesquisa sobre o Rio Grande do Sul (REIS, 2007a) que serão confrontados com aqueles provenientes do estudo em andamento sobre os destinos sociais, profissionais e políticos de militantes que atuaram nos movimentos de contestação ao regime militar no Maranhão (REIS, 2008b).

A isso se soma a importância da apropriação, ativação e incremento do patrimônio cultural dos ascendentes que permitem o estabelecimento de uma ponte com a história regional e suas referências míticas. Nota-se, para um contexto, como acionam, via laços de parentesco, identidades regionais ligadas às lutas políticas, militares e ao “mundo da estância” (para Tarso Genro na ambígua vinculação com o trabalhismo e para José Fogaça na definição e reivindicação do nativismo como “causa” de luta para os sul-rio-grandenses). E para o outro contexto, do mesmo modo, como constroem uma relação simultaneamente de continuidade e de ruptura com a “tradição intelectual” do Maranhão, constantemente reinventada e fundamentada nas imagens do estado como “Atenas Brasileira” (tanto para Flávio Dino como para Joaquim Haickel).

Do que foi dito e descrito, é possível focalizar que a “militância” em diferentes espaços e meios sociais é acompanhada de um repertório em constante reformulação no que diz respeito às temáticas e bandeiras de luta. E ainda que essas inserções e reformulações ocorrem em sintonia com as reconfigurações das modalidades legítimas de intervenção que se afirmam no Brasil e no mundo.

Mais precisamente e simplificadamente pode-se sistematizar algumas modificações concernentes às temáticas privilegiadas nas tomadas de posição dos agentes analisados. Cabe sublinhar que, mais do que simples “temas”, em muitos casos tratam-se mesmo de referências de síntese que pautam os repertórios de mobilização agilizados nos mais variados domínios de inscrição militante.

Em Tarso Genro evidencia-se a substituição do debate acerca da “revolução socialista” pelas reflexões sobre a redefinição do “valor democrático”. Esse deslocamento pautou e foi pautado pelos posicionamentos que assumia no transcorrer de seu trajeto e tendo em vistas as interferências conjunturais e as condições históricas mais gerais. Nesse caso, há a convergência com estratégias de mobilização política e aos arranjos institucionais (destaque para as discussões em torno das idéias de “participação popular”, o “orçamento participativo”, “fóruns de deliberação”...). Bem como, e indiscernivelmente, há a própria caracterização das profissões jurídicas e as intervenções sobre a agenda do governo a partir dos ministérios do desenvolvimento social, da educação e da justiça, fornecendo lógicas de atuação política passíveis de serem articuladas na composição das justificações oferecidas, interpelações solicitadas e ações assumidas.

Em Flávio Dino observa-se uma alteração de ênfase semelhante ao caso anterior. Sendo que o movimento mais evidente foi das “causas” referentes à “classe trabalhadora” do “jovem” advogado às prescrições sobre o “Estado” do juiz e representante classista portador de uma “vocação para a coisa pública”. Todas elas fundidas nos textos do deputado federal

“neófito” no parlamento, membro de um partido periférico, mas com qualificados lugares de expressão garantidos pelo acesso ao centro da política nacional, pelo posicionamento na luta entre facções estaduais e pela biografia pessoal. Desse modo, o repertório de “causas esquerdistas” encontra condições de voz por meio de lógicas tidas como “tradicionais”.

Embora privilegiando outras arenas de disputas que se constituem em torno de “causas culturais” (que não estão ausentes para os demais), José Fogaça e Joaquim Haickel utilizam objetos de disputas próprias aos “produtores de bens culturais” para constituir sinais diacríticos regionais como “causas políticas”. De diferentes formas, a partir de diversos lugares e com variados recursos, ambos procuram fixar sua associação com “gerações” de poetas ou músicos do Rio Grande do Sul e do Maranhão, respectivamente, o que os permite constituir-se como porta-vozes e intérpretes do que é “genuíno” e “autêntico” nessas “regiões” ou “culturas”. Símbolos sobrevalorizados como produtos políticos na medida em que são pensados e mobilizados como instrumentos de afirmação da “cultura popular”, geralmente concebida como “manifestação” preterida e em oposição àquelas fornecidas ora pela “indústria cultural” ou de “massa” ora pelos intelectuais estabelecidos de “gerações” anteriores (com os quais firmam relações sempre ambivalentes).

Seguindo o mesmo raciocínio, outro aspecto a ser destacado é o papel central que os perfis analisados desempenharam em empreendimentos com vistas à formulação de ofertas de interpretações sobre a “política” e a “cultura”. Lançando mão dos capitais herdados e adquiridos, de recursos familiares ou individuais, os agentes constituíram redes de militantes e/ou ativistas culturais cristalizadas (principalmente nos “momentos heróicos”) em lugares privilegiados de sociabilidades, de constituição de vínculos e alianças, de construção de “causas” legítimas e de tomadas de posição públicas. São exemplos disso: o jornal Informação e o Centro de Filosofia e Política para Tarso Genro (junto com seu irmão, Adelmo Genro Filho, e seu primo, Daniel Herz); as revistas jurídicas para Flávio Dino; os festivais nativistas para José Fogaça; e as publicações literárias para Joaquim Haickel.

Todos os elementos acima mencionados contribuem para o uso retrospectivo da categoria “geração”, acionada como estratégia geral de consagração de si mediante a exaltação de um pertencimento geracional – sempre construído com base num sentido de excepcionalidade atribuído aos eventos e aos personagens (“contemporâneos”). Mais particularmente, o uso da idéia de “geração”, nos casos investigados, emerge como pretexto (não necessariamente de modo manifesto, racionalizado, ou cínico) para a demarcação de um espaço, e nele de uma posição, de mediador inter e intrageracional. A possibilidade da mediação entre diferentes “gerações” é revelada na recorrência com que procuram explicitar os elos de proximidade (não raro mesmo de parentesco) com aquelas “personalidades” ou

lideranças estabelecidas. Aliás, paradoxalmente, tal “proximidade” acaba se impondo como a própria condição de superação do “antigo” e de afirmação do “novo”. Logo, como possibilidade de reconhecimento dos seus mediadores como porta-vozes autorizados da “novidade”. Sendo que essa “novidade” é fundamentada na utilização dos laços e dos saberes construídos a partir da inscrição em domínios políticos e intelectuais simultânea e indissociavelmente.

Desta forma, por fim, é importante ressaltar como os registros intelectuais e políticos acionados segundo lógicas sempre múltiplas e interpenetradas apresentam alguma correspondência com as posições ocupadas ao longo das carreiras políticas. Os móveis de articulação e interpelação ativados se modificam com os deslocamentos na hierarquia do espaço político, assim como os veículos utilizados para as tomadas de posição no espaço público são mais sofisticados do ponto de vista dos critérios de excelência políticos e intelectuais. Como se observa, a afirmação política e a afirmação intelectual se complementam e funcionam como mecanismos de uma mesma dimensão da vida social. A escalada política é garantia de inserção em espaços mais qualificados e mais valorizados (como revistas e jornais), inclusive do ponto de vista universitário (como mostram os casos de Tarso Genro e Flávio Dino), permitindo um constante acréscimo de trunfos provenientes dos amálgamas entre diferentes domínios. Assim, o reconhecimento adquirido no âmbito intelectual reforça a condição de porta-voz de segmentos “desfavorecidos” e situados em posições “desvalorizadas” do espaço social (como os “trabalhadores”, os “usuários da justiça”, as “vítimas do trabalho escravo”, os “produtores da cultura popular”, os “artistas da região”...).

Referências Bibliográficas

- ANJOS, José Carlos dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. UFRGS, PPGAS, Tese de Doutorado, 1998.
- BAILEY, F.G. *Strategems and Spoils*. A Social Anthropologic of politics. Oxford: Westview, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*: O que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- BRIQUET, Jean-Louis. “Communiquer en actes. Prescriptions de rôle et exercice quotidien du métier politique”. In : *Politix*, , V.7, n.º 28, 1994. (p. 16 – 26).

- COLLOVALD, Annie. “De la défense des pauvres nécessaire à l’humanitaire expert. Reconversion et métamorphoses d’une cause politique”. In: *Politix*, n.º 56, 2001. (pp. 135 – 161).
- COLLOVALD, Annie. “La République du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés socialistes, 1981”. In: BIRNBAUN, P. (Dir.) *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985. (pp. 11-52).
- CORADINI, Odaci Luiz. “A formação e a inserção profissional dos professores de ciências humanas e sociais no Rio Grande do Sul”. In.: ALMEIDA, Ana Maria F. et. al.. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004 (pp. 213-240).
- CORADINI, Odaci Luiz. *Expansão e Internacionalização do Ensino Universitário e Mediação Cultural dos Professores de Ciências Humanas e Sociais* (versão resumida). Relatório de Pesquisa, 2003.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Escolarização, militância e mecanismos de ‘participação’ política”. In: HEREDIA, Beatriz et al.(Orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002. (pp. 103-153).
- CORADINI, O. L. *Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Porto Alegre. Relatório de Pesquisa para o CNPq. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998.
- DULONG, Delphine. “Quand l’économie devient politique . Laconversion de la compétence économique en compétence politique sous la V République”. In: *POLITIX*, n.º 35, 1996 (pp. 109-130).
- FILLIEULE, Olivier. *Le désengagement militant*. Paris: Éditions Belin, 2005.
- GAÏTI, Brigitte. “La Science dans la mêlée : usages croisés des discours savants et militants”. In : HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Dicours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l’Harmattan, 2002.
- GARRAUD, Phelippe. “Le Métier d’élu local: Les Contraintes d’un Role”. In: FONTAINE, J. ; LE BART, C. *Le métier d’élu Local*. Paris: Harmattan, 1993.
- GAXIE, Daniel. “Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective”. In.: *Swiss Polical Science Review* 11 (1), 2005. (pp. 157-188).
- GAXIE, Daniel. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.
- GAXIE, Daniel. “Économie des Partis et Rétributions du Militantisme”. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 27, nº 2, fev. 1977.
- GAXIE, Daniel ; OFFERLÉ, Michel. “Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique”. In.: BIRNBAUN, P.(Dir.). *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.
- GRILL, Igor Gastal. “Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. In: *Revista Sociologia e Política*, n.º 30, 2008 (sair).
- GRILL, Igor Gastal. “Heranças Políticas no Rio Garnde do Sul e no Maranhão”. In: *Ciências Humanas em Revista*. V. 5 n.º 2, 2007 (a sair).

- GRILL, Igor Gastal. “Bases Sociais e Intérpretes da Tradição Trabalhista no Rio Grande do Sul”. In : *Dados*. V.48, n.º 3, 2005 (pp.525-556)
- LAGROYE, Jacques. “Le processus de politisation”. In: LAGROYE, Jacques. (Org.). *La Politisation*. Paris :Belin, 2002.
- LAGROYE, Jacques. “Être du Métier”. In: *Politix*, n.º 28, 1994.
- LANDÉ, C.H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions*. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.
- LE BART, Christian. “L’écriture comme modalité d’exercice du métier politique. Notes de recherche”. In : *RFSP*, vol. 48, fevrieur 1998. (pp. 76 – 96).
- LIMA, Félix Alberto. *Almanque Guarnicê 20 anos*. São Luís : Clara Editors e Edições Guarnicê, 2003.
- MATONTI, Frédérique e POUPEAU, Franck. “O capital militante. Uma tentativa de definição”. In : *Plural*, nº 13, 2º semestre 2006. (pp. 127 – 133).
- OFFERLÉ, Michel. “Professions et Profession Politique”. In : OFFERLÉ, Michel (Org.). *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.
- OFFERLÉ, Michel. *Les Partis Politiques*. Paris:PUF, 1997.
- OFFERLÉ, Michel. “Entrées en politique” (Présentation).In: *Politix* nº 35, 1996 (pp. 3-5).
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- RAVENEL, Bernard. “L’irrésistible crise du militantisme politique classique”. In : *Mouvements*, nº 3, mars-avril 1999. (pp. 19 – 27).
- REIS, Eliana Tavares dos. “Recursos, Repertórios e Modalidades de Intervenção Política no Maranhão”. *Projeto de Pesquisa*. Universidade Federal do Maranhão, 2008.
- REIS, Eliana Tavares dos. *Contestação, Engajamento e Militantismo: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007a.
- REIS, Eliana Tavares dos. “A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul”. In: Odaci Luiz Coradini. (Org.). *Grupos de Dirigentes no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2007b.
- REIS, Eliana Tavares dos. “Repertórios de mobilização da ‘juventude de esquerda’ do MDB gaúcho nos anos 70”. In: *Cadernos de Ciência Política: série teses e dissertações*, Porto Alegre, v. 07, 2002. p. 27-54.
- REIS, Eliana Tavares dos. *Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB gaúcho dos anos 70*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

- SIGAL, Silvia. “Introdução: Intelectuales, cultura y política”. In.: SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder em Argentina. La década del sesenta*. Argentina: Siglo veintiuno de Argentina Editores, 2002. (pp. 1-17).
- SIMÉANT, Johanna. “Friches, hybrides et contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes des discours savants”. In: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l’Harmattan, 2002.
- VERRIER, Benoît. “Les Transformations d’une marque politique. Du CERES au MDC”. In : COHEN, Antonin ; LACROIX, Bernard ; RIUTORT, Philippe. *Les Formes de l’activité politique*. Paris : PUF, 2006.
- VERRIER, Benoît. “Expert, idéologue, militant: la production d’une ressource socialiste (1964-1969)”. In.: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Dicours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l’Harmattan, 2002.

Fontes Citadas:

- “A Política Vem do Berço: pais de Tarso se emocionam ao contar a história de seu rebento mais ilustre”. *Zero Hora*. Jornal da Eleição. 27/10/2002, p. 7
- BARROS FILHO, José. *A Tradição Engajada: origens sociais, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2007.
- CORREA, Rossini. “Joaquim Haickel: a ponte” In: HAICKEL, Joaquim. *A Ponte*. São Paulo: Global, 1991.
- GENRO, Adelmo. *Um tal Mathias Capador*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.
- <http://www.joaquimhaickel.globolog.com.br>, acesso em 04/02/2008.
- <http://www.portoalegre.rs.gov.br>, acesso em 12/01/2008.
- <http://gramadosite.com.br>, acesso em 14/02/2008.
- JACKS, Nilda. “Mídia Nativa: indústria cultural e cultural regional. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.
- LIMA, Félix Alberto. *Almanque Guarnicê 20 anos*. São Luís : Clara Editors e Edições Guarnicê, 2003.
- “O Filho do Farmacêutico. José Fogaça”. *Zero Hora*. Reportagem Especial. 24/10/2004, p. 4.
- “O Candidato por ele mesmo. Tarso Genro”. *Zero Hora*. Jornal da Eleição. 11/09/2002, p. 4-5.
- “QUEM É QUEM NAS LETRAS SUL RIO-GRANDENSES”. *CORREIO DO POVO*, Caderno de Sábado. 10/01/1981, p.5.